



Enquadramento

Na Região Autónoma da Madeira, como no país e um pouco por todo o mundo, vive-se um clima de descrédito na política e nos políticos. É neste ambiente de descrença, em que os cidadãos deixaram de valorizar o papel da política na sua vida quotidiana, em grande parte por culpa dos próprios políticos, que nos encontramos. Em certa medida a acção de alguns políticos, levou a que muitos cidadãos perdessem a consciência política e se transforma em “analfabetos políticos”. O discurso político que não se diferencia dos demais Partidos é o mote para o PS-Madeira reflectir e repensar o futuro da Madeira e Porto Santo e no seu próprio futuro.

O último acto eleitoral encerrou um longo ciclo político quer na Região quer no Partido Socialista.

Ao PS-Madeira cabe reflectir sobre a realidade, identificar, diagnosticar e encontrar os caminhos por onde devemos seguir e até onde devemos ir, como região autónoma que somos.

Essa é a nossa responsabilidade porque somos o único partido político que pode oferecer aos madeirenses a alternativa política democrática que anseiam.

O Partido Socialista é uma organização política com vocação de poder. No entanto, não pode ceder à tentação do poder pelo poder, e muito menos à tentação de, na ausência dele, procurar obtê-lo a todo o custo. Assim, resta-nos a obrigação de preparar o partido para conquistar o poder que emana da vontade democrática dos cidadãos.

O PS-Madeira está confrontado hoje com a necessidade de se reencontrar com os seus ideais e se reconciliar com os seus militantes e eleitores. Defendo um discurso político que valorize o rigor e a solidez técnica, mas que acentue mais a ideologia, os valores e as causas. Este é o nosso desígnio, cumprir com o nosso ideário, plasmado na Carta de Princípios do Partido Socialista.

Não é mais possível ao PS-Madeira perder-se em lutas internas estéreis e desmotivadoras, quer para os militantes quer para os eleitores. Quer uns quer outros anseiam por um Partido Socialista unido, forte e coeso. Este quadro negro onde a maioria dos cidadãos nos coloca, não favorece o sucesso da tarefa que



temos de empreender. Por isso entendo que o primeiro desafio a superar é romper com o passado, esse passado que atirou sobre o PS-Madeira o estigma de um partido dividido, conflituoso e incapaz de gerar consensos.

Esse estigma que pesa sobre todos os que se envolvem na militância partidária tem a sua origem na falta de debate interno, que promova a participação proactiva e a formação de quadros políticos. Agir sobre esta realidade interna que acompanha a vida do partido na Madeira praticamente desde a sua génese, é uma prioridade, difícil, mas urgente.

É assim que pretendemos fazer política, discutir ideias, fiéis à nossa matriz ideológica e aos nossos valores.

Rejeitamos a discussão de pessoas, apresentadas como troféus em cima de uma bandeja. Esse caminho é demasiado redutor e até confrangedor para os protagonistas que se vêm envolvidos nesse simulacro...

Ideologia

Somos fiéis aos valores republicanos e somos laicos. Entendemos que a democracia é o único sistema político capaz de realizar o ser humano na sua plenitude com respeito pela sua dignidade.

Revemo-nos no Socialismo Democrático. Entendemos o Socialismo Democrático como a corrente ideológica capaz de responder aos desafios que se colocam ao Mundo de hoje tal como ele é. O Mundo mudou, a Europa mudou, o País mudou, a Região mudou, a realidade mudou.

Mas as soluções para os problemas de hoje encontram-se na génese da nossa matriz ideológica. **“O PS empenha-se em que a sociedade portuguesa seja organizada na base dos valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade, e esteja aberta à diversidade, à iniciativa, à inovação e ao progresso.”** Este é um imperativo moral que consta da Declaração de Princípios do Partido Socialista e em nosso entender identifica bem a preocupação que o PS-Madeira deve ter ao apresentar soluções para os problemas que a conturbada actualidade nos apresenta.



O Socialismo é a ideologia que melhor promove a igualdade entre os homens, apesar de algumas formas de socialismo, terem degenerado em derivas que originaram sistemas totalitários. Não aceitamos ser confundidos com seguidores de algumas dessas derivas como tantas vezes na nossa pequena Terra somos rotulados. E rejeitamos toda e qualquer forma de totalitarismo ou opressão do homem pelo homem.

O Socialismo Democrático já ultrapassou várias crises, revelou-se sempre, no plano filosófico, a solução dos socialistas para a sociedade. A ideologia é intemporal e não tem fronteiras.

É pois neste contexto que entendemos que o PS-Madeira deve assumir uma nova atitude discursiva reforçando e afirmando, a sua linha ideológica nas suas propostas e na sua acção. O “socialismo em Liberdade”, como canta o nosso Hino.

Cabe ao PS-Madeira afirmar e defender o Estado de Direito em todos os patamares da sua acção, quer seja na rua, no poder local, na administração regional ou na actividade legislativa. **O PS-Madeira estará na linha da frente daqueles que combatem todas as formas de poder anti-democrático.**

Pela Liberdade de opinião e pelo Direito à tendência

Os Socialistas são por natureza inconformados.

As lógicas do centralismo democrático são hoje totalmente rejeitadas pelos cidadãos. Rejeitamos o centralismo democrático na sociedade globalizada de hoje; o aparelhismo que daí advinha não encontra espaço nas organizações cada vez mais abertas e informais. Defendemos o direito à tendência como forma de expressar opinião, influenciar e criar lobby.

Do inconformismo social, o que defendemos é tendente a criar justiça social e igualdade de oportunidades entre os cidadãos.

Pugnamos por uma nova Ética Democrática em que o Estado funciona como regulador e criador de maior justiça social na prossecução dos valores do Estado Social.



O Processo Político na Região, no pós-25 de Abril

O ponto em que nos encontramos hoje, no processo político da regional, é o resultado do caminho que trilhamos desde a conquista da Autonomia Política da Região.

Desde os primeiros actos eleitorais livres na Região, que o espectro político regional ficou definido, deixando também a nu uma ordem social estabelecida, que poucos souberam interpretar na altura. Ainda hoje persistem leituras contraditórias em relação à implantação territorial e penetração social que os diversos partidos conseguiram alcançar na região.

O certo é que o estado económico e social actual da região é o reflexo do processo político que vivemos.

Os pequenos partidos de inspiração marxista tiveram grande dificuldade em se afirmar.

À direita do Partido Socialista o CDS nunca conseguiu implantação consistente devido particularmente à acção de altas figuras da igreja local que tomaram partido por outra força política esvaziando politicamente a acção do partido português de inspiração cristã.

Os dois grandes partidos na região foram sempre o PSD e o PS.

O PSD, por seu turno, rapidamente cresceu, colonizando o antigo aparelho de Estado na Região, desde regedores ao clero. O seu líder percebeu então que tinha a ocasião perfeita para atrair as massas populares e lhes dar uma CAUSA pela qual poderia se manter eternizado no poder. Transformou o PSD no partido autonomista que não era.

Não podemos esquecer que a guerra colonial roubou muitos filhos às suas mães e levou muitos jovens para a emigração. É, pois, neste contexto que nasce o inimigo a República Portuguesa, com tradição colonial.

O PS-Madeira implantou-se e juntou nas suas bases de apoio os jovens, as elites, culturais e de diversas áreas do saber, que ansiavam a Liberdade e a Democracia e, ainda, os funcionários públicos. Esta foi a nossa base de implantação, a nossa base

eleitoral e é esta caracterização sociopolítica que esteve na génese da formação do PS-Madeira.

Com um discurso de teses marxistas e práticas condizentes, por um lado, e com uma marginalização social imposta desde muito cedo, por outro, pelo não menos radical discurso da Igreja. O militantes do PS-Madeira foram tendo dificuldades em se afirmar política e, nalguns casos, socialmente, levando a que muitos se afastassem. Na dialéctica política entre os dois maiores partidos houve sempre também “assedio político” aos militantes Socialistas para ingressassem no partido que detinha nas mãos o poder regionalizado pela autonomia.

A segunda fase do processo político inicia-se com a consolidação do poder pelo partido maioritário, e já à custa das remessas financeiras dos emigrantes, que foram alimentando a economia regional, num modelo económico dito keynesiano, além das fileiras de seguidores que engrossavam com os emigrantes recém-chegados da Venezuela e África do Sul, principalmente. A intimidação pela força e pela violência deixa de existir e é nesta altura que o medo começa a ser implantado em larga escala, pela liturgia da palavra, notas oficiosas etc.

Os sorvedouros do orçamento da Região também se instalam definitivamente nesta fase. Criada uma elite que começa a viver à sombra do orçamento, que não se distingue se é empresarial ou se é política; esta começa a actuar à pequena e média escala. O tique de confundir o partido com a Região também começa nesta fase. Por outro lado, o povo começa a dar mostras de estar bem sereno.

A Autonomia foi o mote para que se cometessem grandes atropelos ao Estado de Direito e à Democracia. O processo político autonómico passou nesta fase a ser também o álibi apenas para negociar com o Estado e com a União Europeia mais recursos financeiros para a Região, ao serviço dos mesmos de sempre e sem horizonte de futuro, em detrimento de avanços verdadeiramente visíveis no Processo Autonómico.

Enquanto isto, o PS-Madeira foi perdendo identidade, foi perdendo quadros, referências políticas e ideológicas, na sua base social de apoio. Sobreviveu em grande medida à sombra da conjuntura política nacional.

O PS-Madeira deve muito aos militantes e dirigentes que apesar de tudo mantiveram-se fieis ao seu quadro ideológico, transformando-se quase em autênticos resistentes de uma guerra de guerrilha permanente. Onde todos os



pretextos são bons para desqualificar, marginalizar e segregar o Homem enquanto ser com uma dimensão política também. Bem Haja a esses!

É tanto pior quanto alguns de nós, militantes, não percebemos esse jogo político, construído pela máquina do poder. E deixamos que Camaradas sejam trucidados por uma máquina partidária interna com mecanismos cada vez mais requintados. Compete ao Partido Socialista fazer avançar o Processo Autónomico e desbloquear o actual regime. Essa é a Nossa responsabilidade enquanto partido da alternativa política.

Este ciclo termina agora. Cai o pano desta luta política porque terminou os recursos financeiros, quer públicos directos do Estado quer por via de aval ao endividamento junto da banca.

E porque ainda existem alguns daqueles que dizem:

- Não, não vou por ai...

A alternativa é possível....

A qualidade da Democracia na Região Autónoma da Madeira

A prepotência que o partido, até agora, maioritário na região impõe na vida política está elevada ao seu verdadeiro expoente no Regimento da Assembleia Legislativa da Madeira, que fizeram aprovar no Plenário da Assembleia.

Aos Socialistas estas práticas causam inconformismo. Estas práticas devem indignar. O pluralismo das ideias e das opiniões foi sempre a marca característica, não só da nossa prática e da nossa acção como partido, como também do projecto que concebemos para a organização política e social de Portugal e da União Europeia.

O Partido Socialista na Madeira deve insurgir-se contra este Regimento e para isso deve usar e fazer valer todos os mecanismos para tornar ilegal este documento e alterá-lo em ordem a regras democráticas, eficazes e transparentes.

O aprofundamento da Autonomia na Região Autónoma da Madeira por via da alteração do Estatuto Político Administrativo e de uma Revisão da Constituição apesar, de desejável, não encontra terreno favorável, em ordem a este tipo de atitudes por parte seja de que partido for. Assim, o PS-Madeira entende que o aprofundamento da Autonomia da Região tem de estar directamente submetido à qualidade da democracia e vivência democrática das instituições, públicas e de direito privado, regionais e órgãos de governo próprio da Região.

Mas, para além do que está aprovado para regular o funcionamento da Assembleia Legislativa da Madeira. O que nos preocupa a nós Socialistas é a forma como é exercida a Democracia na Região Autónoma da Madeira, nos diversos patamares de poder, sejam o poder local ou a administração regional.

O que preocupa ao PS-Madeira é que aos poucos tenham sido transpostas para as organizações de direito privado muitas destas vivências (anti)democráticas e que estas funcionem instrumentalizadas pelos seus protagonistas, quase sempre com ligações perigosas ao partido que apresenta tais práticas no primeiro órgão de poder da Região Autónoma da Madeira.

O silêncio cúmplice dos órgãos de soberania nacional é ensurdecador, quando estão em causa as liberdades e garantias dos cidadãos. Particularmente, a falta de intervenção dos sucessivos Presidentes da República é inquietante e sintomática da conivência dos titulares do mais alto cargo da nação em relação ao regime político imposto e consentido na região.

O PS-Madeira deve interceder aos diversos patamares e no respeito pelo Direito em favor do cidadão comum, do cidadão da rua, que está cada vez mais "desprotegido" e frágil.

O PS-Madeira deve propor criar mecanismos que fomentem e melhorem a qualidade da democracia na Região Autónoma da Madeira. **O exercício de uma cidadania activa, participativa que faça uso de todos os direitos, liberdades e garantias asseguradas na Nossa Constituição é o caminho.**

O PS-Madeira como partido que se propõe ser a alternativa política democrática na Região irá propor e apresentar medidas tendentes ao esclarecimento cabal dos cidadãos, dos seus direitos e deveres, aos mais diversos níveis da sua participação cívica.

O PS-Madeira irá apresentar a proposta para reintroduzir a disciplina de Educação Cívica nas escolas da RAM.



O PS-Madeira irá promover Foruns participação e debate, internos, para militantes e simpatizantes, sobre direitos dos cidadãos, em parceria com instituições não governamentais, com vista a termos cidadãos mais informados.

Moralização da política e Combate à Corrupção

O PS-Madeira na sua prática política quotidiana defende medidas tendentes a moralização da vida política no âmbito geral e a todos os níveis da acção política.

Assim, defendemos a **introdução, na próxima Revisão do Estatuto Político Administrativo da Região, dum regime de incompatibilidades nos mesmos termos que vigora na Assembleia Legislativa dos Açores.** Em coerência com este princípio os detentores de cargos públicos propostos pelo PS-Madeira deverão voluntariamente obrigar-se ao cumprimento das regras em vigor no Estatuto o qual consideramos justo e moralmente aceitável.

Os cidadãos que desejem ser candidatos, do PS-Madeira, a qualquer cargo público de eleição em representação do Partido Socialista devem submeter-se a um **processo de eleições primárias, nos termos em que os órgãos regionais determinarem.**

A corrupção, embora dissimulada, encapotada na maior parte das vezes, é um dos principais problemas do regime instalado no país e na região. Do êxito do combate à corrupção dependem não só a credibilidade do próprio sistema democrático instaurado pós-25 de Abril, a Autonomia, mas também a sustentabilidade da Região e próprio conceito de Justiça Social. O Partido Socialista não pode deixar de ter em conta a opinião de cidadãos anónimos mas também dos próprios militantes conceituados, entre os quais se encontra João Cravinho, na defesa de um Estado mais transparente nos seus actos e de uma ética política que foi a base da fundação do próprio partido.

A situação económico-financeira em que se encontra a Região não pode estar dissociada do modo como se esbanjaram de forma irresponsável e pouco criteriosa os dinheiros que a União Europeia e o Estado fizeram chegar à Região

A aposta no sector da construção civil e nas redes viárias, realizada pelo governo regional, não aparece unicamente por escolha política, resulta muito daquilo que

João Cravinho, referindo-se ao País, designa de “captura do Estado por interesses económicos”, ao que nós acrescentamos no caso da “usurpação dos recursos financeiros da região, em favor de grupos económicos que decidem de manhã o Orçamento da Região e à tarde negociam em nome das empresas os recursos disponibilizados pelo Orçamento da Região”.

O Plano de ajuda financeira à Madeira é a factura que vamos pagar por tantos anos de usurpação dos cofres da região de avultados recursos financeiros disponibilizados pelo Estado e União Europeia. É certo que existe obra. Não está é claro que a obra tenha sido decidida apenas em função do verdadeiro interesse colectivo da população ou se também em função de interesses ocultos com base numa agenda de obras definida por empresários políticos e por políticos empresários.

O ataque à corrupção deve incluir o combate ao clientelismo e ao nepotismo, no que se pode denominar de despartidarização das instituições públicas. A cultura da transparência deve ser não apenas bandeira mas empenho continuado do Partido Socialista.

Assim, o PS-Madeira defende um pacote de medidas anti-corrupção:

- ✓ A criminalização do enriquecimento ilícito dos titulares de cargos públicos, ainda que esse enriquecimento se verifique após três anos da cessação do cargo;
- ✓ Investigação fiscal e criminalização dos cidadãos que declarem rendimentos que não correspondam ao seu património;
- ✓ Obrigatoriedade de declaração dos rendimentos obtidos no exterior;
- ✓ Impedimento de inclusão de “obras a mais” que impliquem “derrapagens” nos custos de obras ou serviços das instituições públicas;
- ✓ Proibição de exercício profissional, nos primeiros cinco anos após cessação, em empresas ou instituições que negociem com a região, por parte de antigos titulares de cargos públicos na administração regional e ou local;
- ✓ Fim do sigilo bancário, com acesso directo do Fisco às contas dos cidadãos;
- ✓ Fim dos benefícios fiscais a fundações de carácter público;
- ✓ Criação de uma lista pública dos fornecedores do Estado;
- ✓ Alargamento da lei da protecção de testemunhas de actos de corrupção;

- ✓ Limitação de mandatos para todos os cargos públicos e deputados à Assembleia da República e Assembleia Regional;
- ✓ Introdução de mecanismos de combate à economia paralela;
- ✓ Facilidade de investigação nos ajustes directos efectuados pelas entidades públicas;
- ✓ Propor a criação de uma entidade nacional, não Governamental e dispartidarizada, para a Prevenção da Corrupção.

O Partido que defende o Estado Social na Madeira

“Se a plena aceitação da economia de mercado distingue, com clareza, a esquerda democrática das concepções colectivistas da organização económica e social, a defesa do Estado social e a valorização das políticas e dos serviços públicos, em domínios centrais da vida colectiva, assim como a preocupação com a acessibilidade e a qualidade dos serviços públicos, distinguem radicalmente a esquerda democrática das formas neoliberais de ataque ao Estado e menosprezo pela administração pública”, in Declaração de Princípios do Partido Socialista.

O PS-Madeira assume-se na Região Autónoma da Madeira como o legítimo e genuíno defensor do Estado Social na Região. E não abdica da defesa intransigente dos direitos sociais conquistados com o 25 de Abril.

Num mundo e numa sociedade onde o individualismo é cada vez mais valorizado. Em que as ideologias parecem de esquerda democrática ter desaparecido das praxis políticas dos partidos de esquerda, deixando o terreno livre para o neoliberalismo desenfreado que se movimenta muito bem num mundo globalizado, onde a informação, a formação circula a uma velocidade muito maior, e leva a que cada um se preocupe mais com o EU do que com o NÓS.

São, cada vez mais gravosas, as situações das famílias mais desprotegidas, e, de outras que, até há pouco se bastavam a si próprias, e que agora têm de recorrer a ajudas de emergência. Os encargos assumidos, em tempos mais folgados, os despedimentos, provocam autênticos dramas sociais e familiares.



Fala-se, então, mais de depressão e menos de *esperança*. Perante esta situação de crise da sociedade actual que atitude tomar? Como responder aos desafios?

Cabe aos Socialistas assumir a ousadia da *esperança* que significa colocar em primeiro lugar o que nos pode unir.

Os próximos anos representam uma importante oportunidade de reestruturação

Se os portugueses e os madeirenses por maioria de razão retomarem uma atitude mais produtiva, austera e dinâmica, se souberem preservar os equilíbrios sociais, eliminar privilégios injustificados e direitos exagerados, criaremos uma economia e sociedade, mais flexíveis e enérgicas.

Os responsáveis políticos devem reconhecer a urgência, de fazer com que a prática económica e respectivas políticas, procurem o bem de todo o Homem e do Homem no seu todo.

Parece confirmado, pela experiência, que o sucesso económico está cada vez mais condicionado, pelo facto de serem valorizadas as pessoas e as suas capacidades, promovida a participação, cultivados, mais e melhor, os conhecimentos e as informações e incrementada a solidariedade.

Trata-se de valores, que, longe de serem estranhos à ciência e à acção económica, contribuem para fazer delas, realidades integralmente “humanas”.

Os momentos de crise, podem e devem, tornar-se oportunidades para fortalecer o caminho, em direcção a uma verdadeira maturidade humana e espiritual; esta crise pode e deve, ser oportunidade para crescer, em direcção a valores mais verdadeiros, mais justos e mais solidários.

Somos então, convidados a ser homens e mulheres de esperança, promovendo o bem e uma solidariedade autêntica, mudando estilos de vida, procurando distinguir, o essencial daquilo que é supérfluo, encontrando formas de ultrapassar as dificuldades, com coragem e confiança.

A preocupação dos Socialistas da defesa de coesão social tendo o Estado como garante e regulador dessa coesão, leva a que sejamos atentos às formas de exclusão e marginalização dos cidadãos. Vemos as funções do Estado como redistributivas, e garante das principais questões da igualdade de oportunidades e da justiça social. Serviços públicos como a educação, a saúde, a segurança social, a cultura e a ciência, o serviço público, acessíveis a todos, eficientes e eficazes, são essenciais numa sociedade justa.

Devolver Política à Economia

Parecem gastas as palavras sobre a Economia. Não apenas porque se esgotaram os dogmas que a tomavam por coisa autónoma da Política, e cuja tradução real redundou numa perigosa autonomização dos mercados e emergência de poderes não escrutinados de grande influência na sociedade, mas também porque a sucessão de crises quase criou uma adversidade e descrença por parte dos cidadãos relativamente ao debate de natureza económica.

Sendo verdade que a predominância na comunicação social do comentário económico assente nas doutrinas neoliberais influenciou uma certa ascensão destas ideias, não é menos verdade que a contenção e hesitação dos partidos de centro-esquerda em afirmar as suas linhas doutrinárias, também contribuíram para a associação errada entre mercado livre e bem-estar social.

Assim, a discussão e implementação da política económica assume-se, para nós, fundamental no debate político actual e é transversal aos mais diversos sectores da vida pública. A intervenção política nos diversos sectores tendo como ponto de partida a situação económica-financeira e social da Região faz todo o sentido. Na certeza porém, de que não cedemos à tentação tecnocrata de abordar a realidade, pela técnica, em detrimento das Causas e dos Valores que preconizamos.

Há uma falência das teses da Mão Invisível, ou da auto-regulação dos mercados. Apesar das reservas dos cidadãos contra o debate político e económico, o contexto actual de crise, bem como a consciência das suas causas, está a criar uma opinião pública receptiva a um Estado mais intervencionista e de um poder político forte, seja ele nacional ou supranacional, em linha com as teses do Socialismo Democrático.

Na Região Autónoma da Madeira este debate sempre se nos afigurou crucial, não apenas ser já da génese do pensamento do socialismo democrático a ideia da função redistributiva do Estado, mas também, e sobretudo, porque

desde a implantação da autonomia política regional fomos confrontados com sucessivos governos regionais que distorceram progressivamente a concepção de intervencionismo público e o foram convertendo em múltiplas formas de actuação, que vão desde a realização de avultadas despesas públicas para proveitos partidários e eleitoralistas, passando pela distorção da leal concorrência, através de opções políticas tendentes ao favorecimento e protecção de grupos económicos ligados ao poder, até mesmo ao condicionamento e tentativa de eliminação de agentes económicos de grande relevância na economia da Madeira que sempre primaram pela independência e excelência.

A gravidade destes aspectos atingiu níveis tais que não é descabido afirmar-se que, na Madeira, as despesas públicas destinadas ao exercício na Madeira das funções sociais do Estado também serviram de película de camuflagem a uma **intromissão maléfica**, cujas consequências começam a ser notórias.

Um programa político socialista para a economia da Madeira, deverá, por conseguinte reiterar um conjunto de **princípios de intervencionismo público regional** que contribuam para a moralização do poder político autonómico assente na lealdade aos cidadãos e na equidistância face aos múltiplos interesses económicos; que promovam o mérito e a responsabilidade; e que salvaguardem através de regras isentas a concorrência leal entre empresas.

Impedir que seja o próprio poder político um factor de bloqueio e de desestabilização económica deve ser uma preocupação fundamental dos socialistas.

Para além da moralização, urge rever a estratégia económica propriamente dita (se assim se pode chamar), até agora praticada pelos governos do mesmo partido há mais de 30 anos, e que redundou numa vulnerabilidade da economia da Madeira, de que a dimensão da dívida pública, o sentimento de temor perante o futuro, o aumento do desemprego, da pobreza, a diminuição do rendimento e o aumento das desigualdades são os efeitos mais evidentes e imediatos.

Os desafios e ameaças com que a Madeira se vê confrontada resultam tanto da instabilidade económica mundial como de causas internas, à cabeça das

quais está a governação regional desadequada e inconsequente, e que tem na sua origem um erro grave para o qual os socialistas sempre denunciaram: o menosprezo pelo facto de a economia madeirense se revestir de características singulares que impedem que os investimentos públicos e outros gastos governamentais tenham o efeito duradouro sobre o crescimento do emprego e do rendimento regionais – prometido à população durante décadas.

Tais características são as de uma **pequena economia aberta** (que no caso madeirense mais correcto seria ainda designar-se de micro economia aberta) e que deverão ser tidas em conta por qualquer programa político. É uma condição que está para além das ideologias.

O governo regional procurou um desenvolvimento adoptando o Modelo keynesiano. Ou seja, a opção política de centrar o crescimento na despesa pública pressupõe que, cada euro despendido em gastos ou investimento público induzirá um aumento superior no rendimento global da Região; pressupõe que a despesa pública tem um elevado e benéfico efeito multiplicador sobre o rendimento global da Região.

Contudo, sucede que **o efeito multiplicador da despesa pública madeirense é menor do que o esperado, devido à elevada propensão regional à importação**. E esta é elevada porque a exiguidade do mercado regional e a escassez de recursos não permitem uma oferta de bens e serviços regionais suficiente para satisfazer acréscimo de consumo regional e que assegurem a retenção do rendimento na Madeira.

Acresce que muitas das obras públicas tiveram um impacto ambiental nefasto, reduziram a superfície agrícola utilizada e exigem nova despesa, que se torna persistente e crescente, não apenas para manter o desejado efeito multiplicador, ou de estímulo, sobre a economia, como também para a manutenção das infra-estruturas por elas edificadas.

A falta de massa crítica e de selectividade dos subsídios e de outros incentivos públicos, agudizaram o défice de investimento privado.

De tudo isto, resultou um endividamento de proporções tais que até o próprio governo regional teve pudor em divulga-lo junto dos eleitores, como



era seu dever, e cujos encargos comprometem mesmo o retorno social das suas obras. Pior, coarctou a confiança dos cidadãos no poder autonómico e no seu próprio futuro.

Hoje, suportamos uma ultra-dependência financeira acrescentada à natural dependência externa que decorre da condição insular da Região, por si só já requerendo um apoio externo permanente para compensar, pelo menos, os encargos adicionais dos transportes sobre a economia, e isto por causa dos sucessivos governos do mesmo partido ao descurarem a realidade de uma economia aberta de escassos recursos.

Um programa económico do PS-Madeira tem de ter como assente a singularidade da economia da Madeira e esta circularidade da despesa pública. E que se demarque definitivamente desta estratégia que não assegurou a competitividade da economia e a tornou mais dependente do exterior.

Por tudo isto, é primordial a afirmação da doutrina económica do socialismo democrático, que como nenhuma outra, procura **conciliar crescimento e competitividade com a defesa do ambiente e uma redistribuição dos rendimentos equilibrada e inclusiva, que o mercado por si só não assegura.**

Neste contexto, e perante a necessidade primordial de compatibilização destas três finalidades na Madeira, o Partido Socialista deverá pugnar por um programa de regeneração da economia regional, que assente em opções políticas de efeitos imediatos e que respondam aos problemas que requerem soluções urgentes e que devolvam a credibilidade do poder político da Madeira.

Simultaneamente, os socialistas madeirenses devem reflectir sobre um conjunto de reformas destinadas à prossecução de **objectivos de longo prazo** com vista a um aumento efectivo da competitividade e à diminuição, tanto quanto possível da vulnerabilidade da economia madeirense à instabilidade da economia mundial.

Um programa exigente, bem direccionado para um número reduzido de prioridades, em consonância com o actual estado de excepção, emergência e

tensão social latente. Com propostas arrojadas que impliquem alteração ou suspensão temporárias de algumas disposições do Estatuto Político Administrativo.

Neste sentido, o PS-Madeira propõe: **um programa de estabilização financeira credível, a ser negociado com o governo central, com um conjunto de compromissos públicos e antecipadamente propostos pela Madeira;** a insistência numa política integrada sobre o ambiente, agricultura, território, turismo e património, domínios fundamentais para a competitividade da Madeira e que consideramos seriamente ameaçados pelas opções políticas das últimas décadas; e, finalmente, medidas que não tendo um efeito significativo no crescimento do emprego, tenham pelo mesmo a capacidade de impedir o crescimento do desemprego aos ritmos exponenciais que os últimos dados sugerem.

A Dívida Pública

O crescimento desmesurado do endividamento público, contraído pelos sucessivos governos irresponsáveis das últimas décadas, tem efeitos nefastos sobre o quotidiano dos madeirenses e exigem **medidas urgentes e determinadas, que reúnam o consenso alargado dos cidadãos que deverão ser convocados para contribuir directa ou indirectamente.** Propõe-se, por conseguinte, um conjunto de medidas que comprovadamente assegurem que os duros encargos serão justamente repartidos pelos diferentes extractos sociais.

É consabido que as dívidas contraídas pelo governo regional quer à banca, quer os montantes em dívida para com empresas fornecedoras de bens e serviços, não são suportáveis apenas pelas receitas próprias da Região. Sem a redução (já em curso) das avultadas despesas desnecessárias, que de há muito os socialistas vêm denunciando, e sem a ajuda do orçamento nacional, o incumprimento dos pagamentos ou compromissos financeiros e consequente estagnação económica serão inevitáveis.

Urge uma negociação entre os governos regional e central, para a qual a Madeira deverá **autopropor contrapartidas reais que devolvam a credibilidade** e o restabelecimento da confiança entre aqueles dois níveis de poderes, o processo iniciado começou muito mal, exactamente contrário do que defendemos.

O PS-Madeira defende, por conseguinte, que o governo regional da Madeira assuma o compromisso de **diminuir os seus passivos a um ritmo idêntico ao ritmo de pagamento nacional.**

Para este objectivo dever-se-á reflectir sobre **novas fontes de receita pública**, em particular na cobrança de um valor **simbólico de 2 Euros a cada hóspede entrado na Madeira** (por ambos os modos de transporte), a ser directamente afectado à dívida pública, dando prioridade aos fornecedores locais em maiores dificuldades e às instituições privadas com as quais se contratualizou a prestação de serviços públicos.

De igual modo, considera-se imprescindível o debate sobre a criação de um **tributo suplementar progressivo aos residentes com património igual ou superior a 250 mil euros**, também a afectar directamente ao pagamento da dívida regional e a vigorar até ao momento em que os valores dos encargos com a dívida pública se tornem comportáveis pelo orçamento regional. Este momento é, em nosso entender, aquele a partir do qual o orçamento regional retomará a capacidade de financiamento de políticas públicas favoráveis ao crescimento económico, à preservação do ambiente e à coesão social.

No âmbito da criação de novas fontes de receita pública e alargamento da matéria colectável com vista à diminuição do peso do endividamento no orçamento da Madeira, defende-se, ainda, a definição de um **imposto especial sobre as receitas do Casino da Madeira**, por se tratar de uma actividade que, pela sua natureza, é geradora de receitas e lucros extremamente elevados. Tal pressupõe a revisão das cláusulas de concessão, cujo compromisso de defesa desse pressuposto o PS-Madeira sente-se totalmente comprometido.

Como se pode constatar, o alargamento das fontes de receita pública regional aqui proposto requer a alteração ou mesmo suspensão de várias normas do

Estatuto Político e Administrativo da Região Autónoma da Madeira, facto que se justifica perante a ameaça de bloqueio da acção governativa regional, do sentimento de incerteza e angústia dos cidadãos e em ordem a criar justiça social e melhorar o desempenho democrático das instituições.

A Autonomia na Economia da Região Autónoma da Madeira

Uma situação de emergência regional exige respostas imediatas e não convencionais. Devolver alguma esperança aos cidadãos através de propostas que por eles seja interiorizadas como credíveis, eficazes e socialmente justas, deverá ser um imperativo do Partido Socialista da Madeira.

O PS-Madeira entende que Governo regional deve comportar-se como pessoa de bem. Nesta perspectiva, propomos uma acção cooperante entre governo regional e empresas fornecedoras de bens e serviços que lhe são credoras, com vista a um **ajustamento dos valores em dívida**. Ajustamento esse que deverá resultar de um acordo prévio sobre a atenuação das margens de lucro implícitas nos contractos estabelecidos anteriormente entre os fornecedores com o sector público da Madeira. Em contrapartida, deverá o governo regional assegurar o aceleração da liquidação dos assim revistos valores em dívida.

Entende-se que a gravidade do endividamento público regional é tal que a sua atenuação é mais consistentemente alcançada se às regras de mercado neste domínio forem adicionados **mecanismos de cooperação e de acção colectiva** aqui propostos, sem prejuízo da credibilidade das instituições públicas da Madeira.

Todavia, tais propostas não dispensam o **financiamento externo** disponibilizado pelo FMI e pela União Europeia a Portugal, que, como se sabe, não está vocacionado apenas para o saneamento financeiro do núcleo central do sector público português, mas também para o reequilíbrio

financeiro de entidades mais periféricas do Estado ou mesmo de empresas financeiras do sector privado.

Nas actuais circunstâncias dos mercados de crédito, perante as taxas de juros mais favoráveis contratualizadas com os referidos organismos internacionais, defendemos que é imprescindível que aquele financiamento externo seja partilhado pela Madeira, no âmbito dos seus esforços de estabilização das finanças públicas.

Do lado das despesas, é unanimemente reconhecida a necessidade urgente de uma **reestruturação da administração pública regional**, tal é a evidência da sua desmesura face à dimensão económica, demográfica e territorial da Região. O PS-Madeira sempre alertou para esta realidade de um sector sistematicamente mal tratado e prejudicado pelas práticas antidemocráticas do partido maioritário, que o instrumentalizou através de nomeações e criação de cargos desnecessários, exclusivamente destinados à promoção política de personalidades de mérito duvidoso. Foi por via deste sector que o governo regional exerceu as suas práticas de utilização de recursos públicos para fins partidários.

O actual governo desencadeou um processo de reestruturação que, espera-se, vá ao encontro dos alertas socialistas e dos interesses da população.

Reorganizar os serviços da administração pública, através da fusão de serviços e eliminação de cargos, não deverá ser apenas um acto de poupança, mas também um acto de moralização e estímulo aos funcionários públicos que não se revêem na incompetência e demérito de governantes nomeados apenas pela sua filiação partidária.

As **alterações das regras de selecção para eventuais novos funcionários e para a mobilidade entre serviços** é outra medida relevante para a transparência na administração regional e melhoria na sua eficiência, nomeadamente com a introdução de membros, externos à administração pública, no júri constituído para efeitos de selecção.

A redução da despesa pública (corrente e de investimento), apesar de inevitável e urgente, deve efectuar-se de modo gradual e devidamente planificado, no sentido de se tornar previsível e de poder ser devidamente

antecipada pelos agentes económicos. Tenha-se presente a enorme dependência do exíguo mercado local dos rendimentos dos trabalhadores da administração pública. O mesmo se pode dizer relativamente ao investimento público e às empresas regionais.

Assim sendo, o PS-Madeira defende a elaboração de um **plano orçamental (orçamento plurianual)** relativo a toda a legislatura, onde sejam fixados objectivos anuais para o saldo primário do orçamento da Madeira, tendentes a um equilíbrio ou mesmo excedente. Em consequência, deverão ser estabelecidos **limites máximos anuais** para a despesa pública nominal que conduzam ao **equilíbrio e subsequentes excedentes do saldo primário**.

Ainda no âmbito da programação financeira plurianual que aqui se propõe, considera-se essencial a elaboração e divulgação de um **plano de redução das dívidas públicas** aos bancos e aos fornecedores da Madeira, com **metas anuais para a sua amortização**, de modo a ser possível determinar uma meta temporal a partir da qual o grau de endividamento se torne acomodável pela economia da Madeira. A indicação de um momento futuro de viragem para um período de finanças públicas regionais equilibradas e favoráveis ao desenvolvimento económico é um elemento importante para a confiança dos agentes económicos.

Restabelecer a confiança na Administração Regional

Informar os contribuintes e cidadãos em geral das fontes de financiamento das despesas públicas e dos encargos da dívida pública afigura-se-nos essencial para o restabelecimento da confiança dos cidadãos e credibilização do poder político da Madeira, pelo que é de extrema relevância a adopção adicional de um **sistema próprio de classificação de despesas e receitas e, por consequência, da uma estrutura orçamental mais compreensível pela população**. Em democracia, são tão importantes os compromissos com os órgãos de soberania como a possibilidade do povo poder controlar o poder. E isso só se consegue, com a divulgação de informação financeira de modo acessível e compreensível por todos.

Do mesmo modo, entendemos também, que é um imperativo democrático informar atempadamente os cidadãos sobre **os desafios a que o orçamento regional terá de responder**, pois é também com a consciência destes problemas que os eleitores melhor exercerão as suas escolhas políticas. O aumento dos encargos com o serviço público de saúde, decorrente do envelhecimento da população; os custos de um sistema educativo público, de qualidade; a compensação salarial aos pescadores por interrupção da actividade, quando se tornar inevitável suspender a pesca para reequilibrar os ecossistemas e os stocks das espécies; o recurso a estabilizadores automáticos regionais que se poderão tornar mais necessários com o agudizar das crises; o combate à pobreza; a recuperação urbana e paisagística, entre outros, são temas que os socialistas devem comprometer-se na sua acção, estendendo esse debate a toda a sociedade madeirense.

Em suma, trata-se de reflectir sobre que novas despesas, que recursos públicos para lhes responder, que focos de instabilidade e incerteza poderão ocorrer e que novas formas de governação das finanças públicas regionais se poderão adoptar.

Zona Franca e Centro Internacional de Negócios da Madeira

Advirta-se, a este propósito, que o papel da zona franca da Madeira e do seu offshore merece ser seriamente equacionado nos seus devidos termos, sob pena de se tornar em mais um factor de incerteza e instabilidade das finanças públicas e economia em geral. Tratando-se de um conjunto de empresas cuja localização na Madeira decorre apenas de uma fiscalidade específica, sujeita a uma “autorização administrativa externa”; significa isto, que todo o emprego e receitas públicas ali geradas estão também dependentes das autorizações externas periódicas e incertas.

Por este motivo, e sem convocar as questões éticas por todos conhecidas, os socialistas da Madeira entendem ser necessário recolocar aquele “pólo” no seu devido lugar, **recusando categoricamente fazer dele o “motor da economia madeirense”**, como proclama o discurso oficial. Pretender que o

chamado Centro Internacional de Negócio, cuja existência não depende da eficiência e desempenho económico das empresas, um impulsor determinante da economia da Madeira, é sujeitá-la, toda ela, à incerteza de uma decisão administrativa da Comissão Europeia.

É indispensável **condicionar os benefícios fiscais a um maior número de empregos criados** por cada empresa que deles queira beneficiar e ali se pretenda instalar, reforçando mesmo essa condicionalidade, de modo a existir algum efeito multiplicador e algumas externalidades positivas sobre a economia regional. Mas sempre com a devida precaução, evitando expô-la à incerteza que é intrínseca à zona franca e ao offshore. O PS-Madeira deve recolocar nos seus devidos termos a importância desta questão, recusando frontalmente que o dinamismo económico regional dependa em demasia da zona franca e seu offshore.

Agricultura, Paisagem, Património e Ordenamento do Território

Os problemas das finanças públicas regionais só poderão ser definitivamente superados se as actividades económicas alcançarem o seu máximo potencial produtivo e puderem gerar maior volume de emprego, rendimento e correlativas receitas públicas. Nalguns sectores tal só é possível com uma intervenção pública de longo prazo, corajosa e inovadora.

É o caso do sector agrícola que se defronta com um longo declínio que não é invertível apenas com as regras de mercado nem com os apoios da UE. Com excepção de alguns projectos isolados, a rentabilidade do sector é fraca; a diminuição e envelhecimento da população activa prosseguem quase exponencialmente; e a perda de conhecimentos, acumulados outrora transmitidos pela experiência entre gerações, parece quase irreversível. Contrariamente ao que é propagandeado pelo discurso oficial, não são favoráveis as perspectivas dos proprietários e dos trabalhadores agrícolas.

A urbanização descontrolada, pressiona os agricultores a abandonarem a actividade, elimina os solos mais produtivos e descaracteriza as paisagens rurais. As normas e instrumentos regulamentares existentes revelaram-se quase inócuos na defesa da identidade paisagística e os poderes públicos regionais tiveram eles próprios um papel activo no esvaziamento dos instrumentos legais, negligenciando por completo a relação entre agricultura, paisagem, turismo e competitividade económica da Madeira.

Reconheça-se ainda, que a maioria da população ainda não atribui prioridade à defesa deste importante factor competitividade e de identidade regional que é a paisagem rural e a sua dependência da actividade agrícola.

Apenas um grupo minoritário de cidadãos, especialistas e associações têm a perfeita consciência do papel essencial desta actividade na preservação da paisagem humanizada do Arquipélago e da sua identidade, que em muito contribuem para a singularidade geográfica da Região e da sua sinalização mundial como destino turístico. A competitividade da actividade turística depende em muito da agricultura madeirense.

Eis, portanto, um domínio de indiscutível necessidade de uma **acção colectiva**, em que a cooperação entre governo regional, autarquias, associações, populações locais e cidadãos se nos afigura a única via para melhor encontrar as soluções definitivas para um problema cujas consequências nalguns casos assumem já formas de degradação irreversível.

O PS-Madeira considera primordial a **edificação de uma consciência colectiva** acerca da importância da paisagem e da influência que sobre ela exerce a actividade agrícola, bem como a importância vital de ambas para o sector do turismo. Uma consciência colectiva que abra caminho para que os princípios e normas de ordenamento territorial, de desenvolvimento sustentável, de reequilíbrio paisagístico e de urbanização devidamente enquadrada venham a ser definidos através de métodos mais participativos e aceites por todos – ao invés do que sucede actualmente, em que a actuação das autoridades competentes leva à descrença de qualquer cidadão sobre a eficácia da sua participação.

Neste sentido, consideramos agir ao nível do sistema educativo com a **introdução no terceiro ciclo de uma disciplina sobre a História e Geografia do Arquipélago da Madeira**, cujo conteúdo e manual escolar sejam concebidos por entidades independentes e conhecedoras das actuais e futuras influências do território na sociedade e na economia madeirenses. Esta pretende que a formação escolar constitua um importante contributo para o envolvimento colectivo mais permanente neste domínio e para a formação de uma nova geração mais na defesa da nossa identidade paisagística e territorial..

Para além de uma cultura ecológica mais autêntica, entendemos urgente uma profunda reflexão sobre as medidas políticas destinadas à actividade agricultura. Os subsídios concedidos, nas suas múltiplas formas, poderão ter contribuído para um muito relativo e ténue abrandamento do declínio agrícola. Mas, reconheça-se, não superam o lucro fácil e a mais-valia obtida com a alienação do respectivo terreno para fins imobiliários.

Relativamente à viabilização da agricultura propriamente dita e ao tão necessário emparcelamento das terras, importa também reflectir sobre novas formas de exploração, nomeadamente na constituição **sociedades agrícolas** constituídas por pequenos proprietários de parcelas contíguas, cuja participação no capital seja proporcional à parcela incluída na sociedade (que o antigo proprietário poderá sempre reaver se decidir finalizar a sua participação). Estas soluções que vêm sendo adoptadas noutras zonas da Europa, com a devida actuação dos departamentos públicos apropriados, poderá assumir um contributo para a obtenção de economias de escala quer na aquisição em comum de factores de produção, quer no reforço da capacidade negocial em comum dos agricultores com os distribuidores. E, deste modo, alavancar a rentabilidade das explorações agrícolas redimensionadas.

Nós, Socialistas na Madeira, consideramos que sem uma reestruturação no sector nos termos atrás referidos e sem a devida intervenção pública regional, não existirão as condições prévias para que o sector possa beneficiar no futuro de novas tecnologias e processos inovadores de produção.

Inovação, Competitividade e Emprego

Se consideramos necessária a reorganização do sector agrícola como condição prévia ao sucesso da implantação de inovações tecnológicas no sector, também assim o consideramos relativamente à generalidade da economia. Mais concretamente, é nossa profunda convicção que mesmo o desejado processo global de transformação da economia da Madeira numa economia baseada no conhecimento – e para a qual fora já delineado um sistema regional de inovação – pressupõe uma outra condição prévia sobre a qual importa reflectir seriamente: a existência de uma **cultura de trabalho em rede e de cooperação multidisciplinar**, que, actualmente é insípida ou mesmo inexistente sob certos de vista e que envolva uma multiplicidade de intervenientes, desde entidades públicas, empresas, associações representativas dos diversos sectores, à universidade da Madeira.

Que papéis podem assumir os poderes públicos e de que modos podem eles fomentar esta cultura, é uma questão política relativamente à qual consideramos merecer grande reflexão pelos socialistas da Madeira, dada a escassez de propostas e mesmo de reflexão sobre o tema. Para além do reforço do vínculo entre sistemas de aprendizagem, trabalho e inovação, de que modo pode o Estado e a Região promover uma cultura de partilha de conhecimentos dentro das organizações e entre organizações?

Relativamente, ainda, a esta problemática da criação de um terreno propício à inovação na Madeira, entendemos que os socialistas terão de se debruçar sobre propostas políticas ousadas, algumas das quais de âmbito nacional, já que é nossa convicção que a convergência para uma economia competitiva pressupõe um **ensino oficial mais inclusivo e diversificado na sua oferta, mas também mais exigente e mais direccionado para a promoção do mérito e do esforço pessoal**. Ensino que deve assegurar uma formação técnica, científica e cultural que permita a qualquer cidadão integrar-se no mercado de trabalho, seja na Madeira, seja em qualquer parte do Mundo.

Esta deverá ser a nossa orientação de longo prazo para aumentar o emprego. Contudo, no actual contexto de crescimento do desemprego há que encontrar soluções imediatas para estagnar este crescimento e, no nosso ponto de vista, que tenham por objectivo a facilitação da mobilidade dos madeirenses no mercado de trabalho europeu

A **reformulação do instituto regional de emprego** é um requisito desta resposta, no sentido de ser aumentada a sua independência do governo regional e revendo profundamente os seus métodos de informação.

A estagnação da economia regional não deixa a um número crescente de desempregados outra alternativa que não seja a **emigração** para países estrangeiros - que não apenas o Reino Unido. Neste contexto, **aumentar significativa e urgentemente a oferta de cursos intensivos e de curta duração de línguas estrangeiras** é uma resposta que se nos afigura de grande relevância, devendo mesmo ser criados pacotes de formação **mais personalizados e de acordo com os mercados externos mais promissores, as oportunidades de emprego súbitas e as necessidades individuais dos desempregados**. Para este efeito, importa também reforçar significativamente a capacidade de prospecção daquele instituto.

Quanto ao mercado local, as restrições orçamentais não permitem o intervencionismo que se revelaria adequado à actual crise económica. Há, todavia, algumas alterações nos mecanismos de apoio ao empreendedorismo, de **reduzida incidência orçamental**, que podem contribuir para atenuar o crescimento do desemprego, nomeadamente o de longa duração.

Referimo-nos ao processo de apoio a projectos de criação do próprio emprego, no âmbito do qual é exigido um plano de negócios que para muitos desempregados se revela uma impossibilidade e uma autêntica barreira à entrada no mercado, seja por falta de conhecimentos suficientes, seja por indisponibilidade financeira para recorrer a gabinetes privados.

Um **gabinete público de apoio e elaboração de plano de negócio** pretendido pelos desempregados, para o qual seja afectado um número suficiente de funcionários públicos devidamente habilitados é uma medida de carácter urgente sobre a qual o PS-Madeira se deveria debruçar.

Refira-se, ainda, o desajustamento dos mecanismos de incentivos existentes, absolutamente desadequados à condição de desempregados de longa duração, os quais, funcionando como reembolso da despesa realizada, isto é, exigindo um investimento prévio para o qual o desempregado não dispõe de recursos financeiros, bloqueia a generalidade das iniciativas de criação do próprio emprego.

Se a revisão das regras comunitárias neste domínio não parece de alcance fácil (embora sendo de persistir na sua adaptação às realidades específicas que aqui se refere), já a criação de uma **sociedade de capital de risco pública e regional** e de outras estruturas vocacionadas para a partilha de risco, na senda da proposta de âmbito nacional já existente, constitui uma boa solução que bem poderia superar a inexistência capital inicial quer dos desempregados empreendedores quer de outros potenciais investidores.

O PS-Madeira entende que medidas de urgência sobre o comércio a retalho tendentes a impedir o aumento do desemprego neste sector, tradicionalmente, um dos mais afectados pelas crises cíclicas, são igualmente imprescindíveis. Medidas de estímulo ao consumo nos estabelecimentos tradicionais são possíveis e necessárias.

O PS-Madeira deve retomar as propostas socialistas para o Município do Funchal aquando das últimas autárquicas e generalizá-las a toda o Arquipélago. Nelas se propunha a criação de um **mecanismo de estímulo ao consumo** nos estabelecimentos da baixa do Funchal, em que se propunha a atribuição de um período de estacionamento gratuito nos parques municipais como contrapartida do consumo acima de certo valor no chamado comércio tradicional. Previa-se, também, bónus equivalentes estendidos a utentes de transportes públicos (bilhetes gratuitos em função do consumo efectuado no comércio a retalho). É oportuno o aperfeiçoamento desta proposta e a sua generalização a toda a Região.

Privatização de Empresas Públicas

A participação da pública da região em empresas de sectores estratégicos para a região é fundamental para assegurar o regular funcionamento da economia e o serviço público de qualidade aos cidadãos.

O PS-Madeira defende que as administrações das empresas públicas ou participadas por capitais públicos devem ser nomeadas pela Assembleia Legislativa Regional.

A Privatização da Empresa dos Horários do Funchal como opção estratégica. Trata-se de uma empresa que presta um serviço de interesse geral, indispensável, portanto, à generalidade dos cidadãos. A natureza desse serviço, permite, de facto, que seja prestado por privados (é passível de gerar lucros, há investidores interessados e é possível, entre outras características, de condicionar a utilização do serviço ao pagamento do respectivo valor).

Contudo, a função estratégia dos transportes públicos no ordenamento do território, no desenvolvimento das cidades e concelhos da Madeira, e sobretudo a necessidade de assegurar que todo e qualquer cidadão tenha acesso ao transporte, independentemente da sua condição social e geográfica, em condições de segurança e qualidade elevada, tornam este sector incompatível com uma gestão baseada em critérios de gestão privada e orientados para a finalidade última de uma empresa privada, o lucro.

Uma empresa de transportes públicos pressupõe ineficiências, particularmente dadas as características orográficas da ilha da Madeira, no sentido em que para assegurar o acesso universal aos cidadãos, é necessário suportar custos em certas carreiras ou localidades - que um privado não estaria disponível a fazê-lo. Em consequência o PS-Madeira defende, que o governo regional deve suportar tais ineficiências por via do orçamento regional e de indemnizações compensatórias.

Os ímpetus privatizadores ocorrem devido aos défices de exploração excessivos. Mas estes são resultado da má gestão do governo regional, de que

as nomeações dos presidentes e administradores da empresa têm sido apenas o exemplo mais evidente. A falta de cooperação entre governo regional e municípios no ordenamento do tráfego das cidades e municípios têm sido outro factor de grandes prejuízos das empresas de transporte público.

Sujeitar a gestão da Horários do Funchal a critérios privados, significa, retirar o acesso ao serviço a milhares de cidadãos (que residem em localidades cujas carreiras são deficitárias), alterar a frequência nem sempre articulada com os horários de trabalho, etc. **Os socialistas opõem-se veementemente a esta opção do governo de privatizar a Empresa Horários do Funchal e defendem um novo modelo para a nomeação da nova administração.**

A nova administração deve ter por missão aumentar a ocupação da capacidade disponível, revendo a política tarifária. Em paralelo, urge rever o ordenamento do tráfego em toda a ilha, mas sobretudo no Funchal onde o problema da subutilização da capacidade da empresa e a incompetência das sucessivas administrações nomeadas por critérios duvidosos estão na origem dos défices excessivos.

Assuntos Europeus

Reiteramos a defesa absoluta do projecto de unidade dos povos europeus, que tem vindo a ser consubstanciado na integração gradual dos mercados nacionais, na progressiva unificação monetária e no lento caminhar para uma maior integração económica e política e que tem resultado numa partilha de soberania mais equilibrada e participativa.

Defendemos o federalismo Europeu como sistema que consagra definitivamente os valores da solidariedade, da liberdade, da democracia e da paz na Europa

Concebemos esta Europa como uma União devidamente dotada de políticas comuns destinadas à melhoria do bem-estar dos cidadãos, ao reforço do



papel da Europa no Mundo e à sua capacidade de responder aos desafios com que se confronta.

Entendemos, porem, que as políticas comuns são mais eficazes se contiverem o grau de flexibilidade que as torne mais adaptáveis a sectores, comunidades, grupo sociais e territórios específicos, de que são exemplo as regiões ultraperiféricas. A acção comunitária na Madeira tem se revelado de extrema importância na melhoria de vida dos cidadãos, introduzindo algumas adaptações nas suas políticas aplicadas à Madeira, mas também apoiando o investimento e mesmo algumas produções locais. Importa continuar esta acção e aperfeiçoa-la, já que em vastos domínios, não foram alcançados os objectivos pretendidos. Veja-se o exemplo da diminuição dos activos na pesca; a queda da produção de banana ou a persistente falta de competitividade das empresas e de muitos produtos madeirenses no mercado europeu.

Por conseguinte, afigura-se-nos imprescindível uma estratégia da União Europeia direccionada para **a valorização das potencialidades endógenas** da Madeira, apoiando projectos inovadores que promovam um salto qualitativo da economia madeirense, mas defendemos, simultaneamente, a continuidade de certos **apoios financeiros de carácter compensatório** de algumas desvantagens territoriais, que assegurem aos agentes económicos locais condições de concorrência idênticas às dos seus homólogos continentais.

A correcta avaliação do nível de prosperidade regional para efeitos de repartição de fundos comunitários e de outros apoios é um passo decisivo que nos parece estar muito aquém do necessário.

Para o efeito, cabe ao governo regional da Madeira desenvolver todos os esforços no sentido de demonstrar a vulnerabilidade da economia da Madeira e os efeitos dos constrangimentos geográficos da região sobre o seu desenvolvimento, e bem assim, a real necessidade de um apoio específico e de adaptações de políticas e estratégias da União.

A avaliação do impacto dos apoios comunitários concedidos à RAM é também, em nosso entender, um elemento fundamental para uma melhor fundamentação da acção da União adaptada à nossa realidade.



É primordial reforçar a credibilidade da Região juntos dos órgãos e instituições da União, que se encontra fragilizada na sequência da ocultação da dívida pública regional. Neste sentido, o PS-Madeira defende, uma cooperação mais estreita com as instâncias nacionais e regionais, de modo a tornar mais consistente a acção de demonstração das reais carências da Região Autónoma da Madeira.

A estratégia Europa 2020, as negociações da UE no âmbito da OMC, o combate às alterações climáticas a política energética, as políticas comuns de coesão, marítima e agrícola, bem como as estratégias para ai I&D e inovação são domínios cujas medidas políticas devem ser cuidadosamente moldadas à nossa realidade insular e de pequena economia aberta.

O mesmo se diga em relação a futuras soluções tendentes a reforçar os recursos próprios da União (novo imposto europeu e transferência de uma parte das receitas regionais do IVA para o orçamento comunitário), bem como à harmonização fiscal em debate, cuja aplicação na Madeira requer sérias adaptações que evitem a penalização da já débil economia regional.

O Poder Local

A prossecução dos objectivos ancestrais do poder local e do municipalismo, não se compadece, hoje, com a organização da administração autárquica actual. Cada vez mais faz sentido a ideia que é preciso pensar global e agir local. É fundamental para agir que se assuma o mundo globalizado, com o conhecimento e a informação e a serem partilhados em tempo real, e que se torna imprescindível acautelar as especificidades locais, sob pena de se descaracterizarem as localidades. O exercício do poder local deve respeitar a identidade, a cultura, a história do povo e da região.

A proximidade com o cidadão e agir no sentido da satisfação das necessidades que as populações apresentam é a razão fundamental para a existência do poder local.

Somos defensores de uma nova lei eleitoral para as autarquias, não apenas pela necessidade de conter a despesa pública, mas para melhor adequar o poder autárquico à realidade das populações a que este pretende servir.

O Partido Socialista deve comprometer-se com uma nova geração de políticas autárquicas. Mas devemos mantermo-nos fieis ao princípio da democracia representativa que respeite o poder democraticamente eleito. Devemos respeitar essa vontade como princípio democrático inalienável.

No entanto consideramos importante melhorar a gestão autárquica, modernizando-a e tornando-a mais transparente, eficiente e eficaz, tendo como principal objectivo a prestação de melhores serviços de proximidade às populações.

Cabe-nos, a nós, interpretar a realidade social e os anseios de proximidade a que o poder local sempre tentou responder.

Assim, entendemos que o PS-Madeira deve defender uma nova organização administrativa do território com princípios respeitadores das realidades distintas existentes ao nível local, nomeadamente o tratamento diferenciado para freguesias das zonas urbanas e zonas rurais, encarando a fusão de freguesias como uma solução.

É possível e desejável encontrar soluções de racionalidade eliminando a duplicação de estruturas administrativas; por outro lado, em muitas localidades, as freguesias são a entidade que representa a proximidade entre eleitos e eleitores. São mesmo, em muitos casos, a única ligação das populações a um conjunto de serviços públicos (como correios, etc.), e este é um dos objectivos a prosseguir nas atribuições e competências do poder local.

O PS-Madeira é contra a extinção de municípios na RAM.

Na nova Lei Eleitoral para os Órgãos das Autarquias Locais o PS-Madeira concordará com:

A Eleição conjunta da Assembleia Municipal e do Presidente de Câmara;

O Presidente de Câmara deve ser o cabeça da lista mais votada para a Assembleia Municipal;

A composição do executivo deve ser por escolha do Presidente de Câmara, de entre os membros eleitos para a Assembleia Municipal;

A Diminuição do número de vereadores;



A introdução dos executivos homogéneos e o reforço significativo dos poderes da Assembleia Municipal, que garanta os direitos da oposição e que seja, de facto, o órgão fiscalizador do executivo;

O PS-Madeira deve dar significado político à Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira, propondo o reforço das atribuições e competências, as quais devem provir do Governo Regional, nomeadamente:

Ordenamento do território;

Mobilidade e transportes;

Protecção Civil;

Contratualização dos fundos provenientes dos programas comunitários.

Os Municípios podem delegar competências, apenas e só se for com o objectivo de ganhar escala reduzindo encargos e prestando melhores serviços aos munícipes.

Estratégia Autárquica

A constatação da realidade histórica leva-nos a perceber que o partido maioritário na Região, ao longo da nossa curta história democrática, apesar de ter exercido o poder autárquico na maioria das autarquias da região, revela-se muito pouco sensível ao poder local.

Aliás, a bem de uma leitura histórica justa e fiel aos acontecimentos, podemos afirmar que a conquista de Porto Santo e de Machico aos socialistas, apenas se deveu à asfixia e esvaziamento das competências e atribuições do poder local. Mais concretamente, utilizando uma estratégia que usou os recursos financeiros, ou a falta deles, para limitar a satisfação das populações em relação ao exercício do poder socialista nessas autarquias.

Esta falta de sensibilidade desse partido afirma-se na praxis política quotidiana e na gestão autárquica que os seus eleitos prosseguem. O sistemático recurso a outsourcing's e a empresas de capitais públicos regionais para o exercício das suas atribuições revela esta apetência degeneradora das virtudes do poder local.



A insensibilidade do partido maioritário revela-se também na falta de respeito para com os municípios, fregueses e autarcas dos partidos da oposição, que alguns detentores de órgãos autárquicos evidenciam, expondo um exercício autocrático do poder que em nada dignifica o poder local.

O PS-Madeira revela-se como o partido com vocação autárquica e é seu dever estar à altura das suas responsabilidades. **De uma vez por todas o PS-Madeira assume como prioridade as Eleições Autárquicas.**

É nosso dever convocar os madeirenses para um ciclo de mudança, no PS-Madeira e na Região Autónoma da Madeira, que leve o PS-Madeira a romper com um passado de derrotas eleitorais e a iniciar um ciclo de crescimento já nas próximas eleições autárquicas.

Assim, entendemos que os candidatos autárquicos do PS-Madeira serão cidadãos que se identifiquem com a prática política socialista, militantes ou independentes, simpatizantes da Causa Socialista. O “campo de recrutamento” dos autarcas é a sociedade civil, assim se revelará a abertura do Partido à dita sociedade civil.

Os candidatos do PS-Madeira devem comprometer-se com um Programa Socialista global para as Autarquias da RAM, apresentado e aprovado pelos órgãos do Partido Socialista.

Os Candidatos a cabeça de Lista a qualquer autarquia da Região pelo PS-Madeira serão os escolhidos através de um processo de eleições primárias nos termos a definir pelos Órgãos competentes do PS-Madeira.

O Partido Socialista na Madeira propõe-se aumentar o número de autarcas eleitos nas suas listas de forma a melhor servir os municípios e fregueses que cada vez mais esperam por alternativa política, que se diferencie na acção.

O PS-Madeira almeja conquistar mais Juntas de Freguesia e reconquistar Municípios na Região Autónoma da Madeira. Entendemos que a implantação de um projecto político socialista na Madeira e Porto Santo passa sem dúvida pela conquista do poder local.



Organização Interna

O PS-Madeira sofreu uma pesada derrota nas últimas eleições que foi, estamos certos o culminar de um ciclo, no plano eleitoral e discursivo, e deixou os militantes e simpatizantes distanciados das decisões dos Órgãos do Partido.

Está na hora de iniciar uma caminhada que nos leve a outros patamares eleitorais. O PS-Madeira sai deste Congresso com um Novo Rumo e tem de se afirmar desde logo por uma prática discursiva e por uma acção distinta da até aqui praticada.

O objecto da actividade do PS-Madeira é “POLÍTICA”.

Para dar eficácia e eficiência à nossa acção que defendemos alterações aos Estatutos do PS-Madeira mas em ordem a que estes potenciem os objectivos atrás enunciados. **Os Estatutos devem estar ao serviço da instituição e dos militantes, e não os militantes ao serviço dos estatutos.**

Rejeitamos visões tecnocratas.

É também dever dos socialistas oferecer aos madeirenses um partido unido e coeso. A humildade que cada um de nós for capaz de emprestar a esta causa, será recompensada pela conquista da confiança dos madeirenses. A união faz a força!

Grupo Parlamentar

O Grupo Parlamentar como a porta-voz do partido no plano legislativo e parlamentar. É assim que entendemos a acção parlamentar do PS-Madeira. **Rejeitamos pois, qualquer estratégia divisionista entre estruturas representativas dos Socialistas na Região Autónoma da Madeira.** Estas estratégias já foram experimentadas no passado e todos vimos os resultados - os únicos beneficiados foram os opositores dos socialistas. O estigma a que nos associam de Partido dividido deve-se também a lógicas de acção em que os membros do Grupo Parlamentar não respeitaram a Comissão política da qual dependem.



Compete aos membros do grupo parlamentar apresentar as iniciativas parlamentares definidas pela Direcção e pela Comissão Política Regional, bem como respeitar orientações políticas emanadas dos órgãos do partido.

A unidade na acção promove-se exactamente no respeito mútuo e nas decisões participadas por todos. Assim, propomos que a Comissão política reúna com regularidade para tratar e deliberar sobre assuntos de âmbito parlamentar, e que essa discussão se faça também com abrangência a outros órgãos do partido como sejam o Gabinete de Estudos/Laboratório de Ideias.

A acção parlamentar do PS-Madeira deve ultrapassar as fronteiras do parlamento. O Grupo parlamentar Socialista visitará as diversas Freguesias e Concelhos da Região numa estratégia de acção concertada entre os todos os órgãos partidários com o objectivo de tornar eficaz a sua acção junto dos cidadãos.

Estruturas Descentralizadas do PS-Madeira

É ao nível das Freguesia e dos Concelho que o Partido Socialista se deve fortalecer e fazer sentir o efeito da sua acção política junto dos cidadãos. Sem menosprezo pela acção de outros patamares de intervenção partidária, é consabido que a força do PS-Madeira está nas bases do Partido. **Entendemos que o PS-Madeira tem de “devolver o partido aos seus militantes de base”, sob pena de entrar num ponto sem retorno, de distanciamento entre os militantes e os seus dirigentes.** A valorização dos militantes de base passa por tomar medidas tendentes a que estes participem activamente nas acções partidárias, em particular os militantes dirigentes de Secções e Concelhias, e tomem parte nas decisões. Para além das propostas já incluídas nesta moção, **o PS-Madeira irá promover a inter-relação entre os diversos órgãos, locais e regionais, para que se crie dinâmicas locais com os temas políticos da agenda política do PS-Madeira** e potencie as relações interpessoais entre camaradas. **A descentralização das reuniões dos órgãos regionais** também será uma das formas dos dirigentes conhecerem a realidade dos diferentes Concelhos e Freguesias.

Gabinete de Estudos/Laboratório de Ideias

O PS-Madeira activará o Gabinete de Estudos ao qual passará a chamar de Laboratório de Ideias, com vista a que este se constitua como um pilar



Fundamental, de auscultação e recolha de contributos da sociedade. **O Laboratório de Ideias será constituído por cidadãos da área ideológica que representamos, convidados pelo Presidente do Partido. Este órgão consultivo apresentará as suas reflexões e contributos à Comissão Política Regional do PS-Madeira.**

O Programa político do PS-Madeira deverá ser enriquecido com os contributos técnicos e científicos da “massa crítica” dos pensadores madeirenses, oriundos das mais variadas áreas do saber, que se revêem no Socialismo Democrático.

Movimento Sindical

O PS-Madeira defende e respeita a independência sindical em relação a qualquer partido político. No entanto somos defensores de uma maior dinamização e modernização das organizações de defesa dos trabalhadores, particularmente num tempo em que a direita neoliberal pretende desmantelar o Estado Social.

Assim, o PS-Madeira deve reunir periodicamente com os seus militantes que estão na actividade sindical no sentido de promover a dinamização e modernização do movimento sindical. Esta dinamização afigura-se tanto mais importante quanto maior é o ataque da direita ao Estado Social e aos direitos dos trabalhadores no geral, conquistados com a revolução de Abril.

Departamento Regional de Mulheres Socialistas

A promoção da igualdade de género tem sido desde sempre uma luta dos socialistas. É pois neste sentido que se nos afigura importante a existência do DRMPS. No entanto, rejeitamos quaisquer tentativas de instrumentalização de órgãos partidários como espaços de luta por poder interno. **Assim, o PS-Madeira deve se distanciar dessa lógica e promover nos seus órgãos a solução democrática para que o DRMPS funcione no exercício pleno de todas as suas competências.**

Relação do PS-Madeira com as Estruturas Partidárias no Exterior

Partido Europeu Socialista - PES

O Partido Socialista está integrado na estrutura Internacional representativa dos Socialistas Europeus. PS-Madeira reconhece e a necessidade de um papel interventivo e coordenado dos Partidos Socialistas Europeus na redefinição dos novos caminhos para a Europa. **Respeitando a tendência universalista dos**



socialistas e como Europeus, nós, socialistas da Madeira, partilhamos o ideal europeu e assumimos o nosso total empenho e disponibilidade para a construção desse ideal, no Socialismo Democrático, pelo caminho do federalismo.

Partido Socialista Nacional

O PS-Madeira entende a autonomia política e organizativa em relação à estrutura nacional de forma abrangente.

Os Socialistas da Madeira revêem-se na Declaração de princípios do Partido Socialista.

O PS-Madeira colabora em todas as acções políticas e organizativas para as quais seja solicitado pelo Partido Socialista.

No plano da estratégia política o PS-Madeira entende que, em coerência com a Declaração de Princípios, é solidário com todas as acções tendentes a implementar um projecto político para o país. No entanto, rejeita qualquer disciplina partidária devida ao PS-Nacional e à sua Comissão Política, quando não estiver em causa a assunção de um projecto político socialista no País. Sempre que o Partido Socialista não for responsável pela governação do país o PS-Madeira e os seus eleitos apenas se sentem obrigados às deliberações dos órgãos regionais competentes.

A prossecução dos ideais do Socialismo Democrático no País não pode ser posta em causa pelo PS-Madeira ou os seus eleitos. Assim, os eleitos do PS-Madeira na Assembleia da República, apenas estão obrigados a disciplina de voto partidária, a bem do interesse nacional, quando o Partido Socialista governa e relação aos seguintes documentos: Programa de Governo; Orçamento do Estado; Conta do Estado; Moções de Censura e Moções de Confiança.

Socialistas Madeirenses no Mundo

A Região Autónoma da Madeira continua a ter um fluxo de emigrantes bastante significativo. Alias, este fenómeno atinge hoje proporções idênticas ou muito próximas às dos anos 60 e 70 do século passado. Temos a responsabilidade de apresentar propostas e soluções também para estes madeirenses deslocados da sua terra natal. O PS-Madeira deve manter uma ligação próxima com aqueles que à procura de uma vida melhor são obrigados a abandonar a terra que os viu nascer.



O PS-Madeira deve fomentar a militância dos seus conterrâneos emigrados nas suas terras de acolhimento. Assim, propomos a criação de representantes do PS-Madeira particularmente nos países onde o fluxo de emigração é maior.

Departamento Autárquico

O PS-Madeira deve dar continuidade e reforçar o trabalho de acompanhamento dos autarcas que vem sendo desenvolvido pelo Departamento Autárquico. Particularmente na recta final dos mandatos autárquicos nos diversos órgãos, em que tendencialmente os cidadãos demonstram-se mais atentos e procuram avaliar o trabalho desenvolvido pelo poder local. Quer estejam no poder ou na quer oposição os autarcas têm assim maiores responsabilidades de evidenciar o trabalho feito.

Os nossos autarcas que estão no poder nas Juntas de Freguesia de Porto Moniz, Achadas da Cruz e Água de Pena devem sentir que o Partido lhes reconhece o seu mérito e apoia condignamente o trabalho de proximidade que fazem junto das populações locais. Por outro lado os autarcas, eleitos nas listas do PS, que se encontram na oposição devem sentir que o PS-Madeira valoriza o seu trabalho e tem neles um estímulo para continuar a luta pela implantação dum Projecto Socialista no poder local da Região.

O PS-Madeira através do Departamento Autárquico irá manter reuniões periódicas com os autarcas de todos os concelhos e em conjunto com os Autarcas tomará posições políticas que se revelem abrangentes e exijam uma resposta concertada entre várias autarquias, no sentido de melhorar a gestão autárquica, modernizando-a e tornando-a mais transparente, eficiente e eficaz, tendo como principal objectivo a prestação de melhores serviços de proximidade às populações.

Juventude Socialista

A Juventude Socialista Madeira, sendo a organização política de juventude que preconiza os ideais e os valores do Socialismo Democrático, enquadra-se no partido socialista como estrutura política e organizativa autónoma. **O PS-Madeira respeita essa condição e afirmará os requisitos necessários, interna e externamente, para que a juventude Socialista possa cumprir cabalmente o seu papel.**

O PS-Madeira pretende afirmar-se junto dos cidadãos como um partido que se distingue dos demais e que procura a defesa de causas. **A Juventude Socialista é, assim, o primeiro aliado do Partido Socialista na solução dos problemas da região e na resposta às exigências sociopolíticas do mundo contemporâneo, graças à natureza intrínseca dos Valores que defende e por juntar no seu seio os cidadãos mais propensos à mudança e às Causas.**

.... Na madrugada a multidão gritava os sonhos mais profundos, mas além disso um outro breve início, deixou palavras de ordem nos muros da cidade, quebrando as leis do medo, foi mostrando os caminhos e a cada um a voz, a voz de cada era a sua voz, a sua voz...

In, As brumas do futuro, de Capitães de Abril de Maria de Medeiros, por Madreus

Funchal, 28 de Novembro de 2011

Francisco Dias, militante 36447, Secção de Ponta do Sol

FIM